

---

## A PESSOA COM DEFICIÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA

Letícia Rafaela Leubet<sup>1</sup>Lidiane Maria Maher<sup>2</sup>Luiza Sofia Bamberg Wissman<sup>3</sup>

### RESUMO

A presente pesquisa de natureza qualitativa, através de uma revisão bibliográfica, examina a trajetória da pessoa com deficiência ao longo da história, destacando como diferentes culturas perceberam e lidaram com esses indivíduos. Na Antiguidade, a deficiência era encarada como uma anomalia física ou um castigo de divindades, resultando em práticas como o infanticídio e a exclusão de leprosos. Durante a Idade Média, essa visão negativa perdurou, às vezes assumindo aspectos de espetáculo e outras vezes associada ao mal, o que levou a perseguições e à criação de instituições como os leprosários. Com a Idade Moderna, houve um avanço nas ciências, que começou a substituir lentamente as explicações religiosas, introduzindo tratamentos médicos, embora muitos deles fossem desumanos e intrusivos. Na era contemporânea, a institucionalização em larga escala se consolidou, com o Hospital Colônia de Barbacena se destacando como um símbolo de exclusão e violação de direitos no Brasil. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, que compilou fontes para entender a evolução histórica do conceito de deficiência. A conclusão aponta que a deficiência foi marcada por estigmas, preconceitos e marginalizações, mas também por transformações que abriram espaço para a atual discussão sobre inclusão. Apesar dos avanços legais e sociais, a luta contra o capacitismo continua sendo essencial para promover igualdade e respeito à diversidade.

Palavras chave: Deficiência. História. Exclusão. Institucionalização. Inclusão.

### 1 INTRODUÇÃO

A compreensão da deficiência ao longo da história se revela como um fenômeno social, cultural e religioso, que espelha diretamente as atitudes e valores de cada época. Desde a Antiguidade, período em que deformidades físicas eram vistas como punições divinas ou indícios de monstros, até a Era Contemporânea, caracterizada pela luta por direitos e inclusão, nota-se um trajeto que revela tanto práticas de exclusão quanto esforços de cuidado e apoio. Essa trajetória histórica demonstra que a deficiência não é somente uma condição individual, mas uma construção social complexa, marcada por preconceitos, padrões culturais e interpretações religiosas.

O problema investigado neste estudo refere-se à marginalização histórica das pessoas com deficiência e à persistência de estigmas que dificultam sua plena inclusão social e educacional. Justifica-se a pesquisa pela necessidade de entender essas mudanças históricas a fim de embasar práticas pedagógicas, políticas públicas e iniciativas sociais mais inclusivas. Ademais, a análise histórica enriquece o campo científico ao demonstrar como as concepções e práticas ao longo do tempo afetam diretamente a percepção social sobre deficiência, fornecendo suporte para intervenções fundamentadas em evidências e respeito aos direitos humanos.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia Setrem.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Pedagogia Setrem.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia Setrem.

Nesse cenário, o objetivo deste estudo bibliográfico e qualitativo é examinar a progressão histórica do conceito de deficiência, reconhecendo as práticas sociais, culturais e educacionais implementadas em cada época, desde a Antiguidade até os dias atuais. Busca-se entender como essas mudanças afetam a inclusão social e educacional das pessoas com deficiência, possibilitando a reflexão sobre estratégias que fomentem a equidade, a valorização da diversidade e a superação do capacitismo ainda existente na sociedade.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na opinião de Maciel (2000), a sociedade, desde a Antiguidade privou o sujeito com deficiência de ter liberdade, foram excluídos, separados do meio social, sofreram preconceitos e foram alvos de ações desumanas. Segundo o autor Ghirardi (1999, s.p.) citado em Mendes (2012, p. 10) “as pessoas com deficiência foram consideradas ora amaldiçoadas, ora seres semidivinos, mas sempre excluídas do contexto social e objeto de caridade da comunidade.

Tendo como referência as sociedades gregas e romanas, observa-se que, por valorizarem a estética corporal e possuírem forte ligação com os deuses, o principal conceito de deficiência nesse período eram as deformidades físicas. Crianças nascidas com alguma deficiência aparente eram vistas como seres monstruosos. Assim expressa Piccolo (2022, p.62),

a relação que se desdobra na Antiguidade a partir do composto que sentencia uma criança como não completamente humana e cuja integridade não é reconhecida culturalmente se adentra não ao campo etimológico das doenças, enfermidades e correções, mas, sim, ao universo da teratologia, do folclórico.

Sendo assim, essas crianças não eram consideradas completamente humanas, sendo condenadas ao infanticídio logo após o nascimento, devido à crença de que eram castigadas pelos deuses.

O cristianismo entendia a deficiência como um castigo divino, permitindo a convivência social, mas impedindo a vida religiosa e a entrada no reino de Deus “pois as deformidades apreendidas eram vistas como sinais pecaminosos do desagrado a Deus e sua presença em locais sacros tomada como profanação” (Piccolo, 2022, p.67).

Avançando para a Idade Média (476–1453), a percepção sobre a deficiência continuou marcada pela exclusão. Na primeira metade, havia os atos de bufonaria, ou seja, apresentações públicas em que pessoas com deficiências físicas eram expostas como espetáculo.

Outro ponto marcante foi o início da institucionalização. Os leprosos, por medo do contágio, foram expulsos das cidades e obrigados a viver em comunidades próprias. Desse processo surgiram os leprosários, espaços destinados a esconder aqueles que não eram aceitos socialmente. Segundo Piccolo (2022, p.92), tratava-se de “[...] esconder por abrigo aquilo que não era desejado ser visto.” A partir daí, surgiram instituições como asilos, manicômios, prisões e hospícios.

Com a Idade Moderna (1453–1789), o Renascimento e o Iluminismo colocaram a ciência em evidência, substituindo gradualmente a religião como

principal referência. “O humanismo da Idade Moderna, pela primeira vez na história, exaspera a individualidade como subjetividade, configurando um tempo em que o saber mágico seria paulatinamente substituído pela ciência e os quadros religiosos por autoridades mundanas” (Piccolo, 2022, p.101).

Por fim, na Idade Contemporânea (1789 - atualidade), a deficiência continuou sendo alvo de segregação. A partir do século XIX, a institucionalização em massa buscou isolar e erradicar pessoas com deficiência. “É vista como a nova lepra da qual a sociedade deveria não só se afastar como envidar todos os esforços para que destacada população diminuísse em quantidade, dado seu não aproveitamento social” (Piccolo, 2022, p.128).

De acordo com Garcia (2014) menciona que a partir dos anos de 1980 e 1990 começam a surgir mudanças em relação à inclusão social. Sendo assim, o ano de 1981 ficou marcado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o “Ano Internacional da Pessoa Deficiente”. Segundo Figueira (2008, p.115) citado em Garcia (2014):

Se até aqui a pessoa com deficiência 'caminhou em silêncio', excluída ou segregada em entidades, a partir de 1981 - Ano Internacional da Pessoa Deficiente tomando consciência de si passou a se 'organizar politicamente'. E, como consequência, a ser notada na sociedade, atingindo significativas conquistas em pouco mais de 25 anos de militância.

Com isso, a partir do ano 1980 começou-se a incluir esses sujeitos na sociedade garantindo por lei os seus direitos. “A Lei n. 7.853/89, a qual dispõe sobre a Convenção dos Direitos da Criança (ONU, 1989), reforçou o compromisso social com as crianças e adolescentes, e garantiu mecanismos e práticas legais ao proporcionar as bases jurídicas para as ações de órgãos administrativos, entidades civis e instituições escolares” (Ferreira, 2008, p.4).

A inclusão garante à pessoa deficiente uma melhor qualidade de vida, para que possa ter os mesmos direitos que todos os cidadãos, sem preconceitos e discriminações. Assim como a acessibilidade deve existir em todos os lugares, proporcionando ao sujeito um sentimento de bem estar. Conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) no Art. 3º, traz que:

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertas ao público, de uso público ou privado, de uso individual ou coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Portanto, a sociedade contemporânea vem se esforçando para que a inclusão social aconteça de fato. Sendo de sua relevância a acessibilidade para que as pessoas deficientes possam frequentar os ambientes que desejam, sem precisar passar por situações desagradáveis. Da mesma que a acessibilidade é importante e veio a contribuir para a promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência, outra questão que diz respeito às conquistas destas pessoas, é a forma pela qual elas mesmas decidiram ser chamadas.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa em Educação, caracterizada como pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, que segundo Lovato “é utilizada para entender mais profundamente um fenômeno, particularmente nas áreas de ciências sociais, quando se desconhece os fatores e variáveis nele envolvidos.” (LOVATO, 2013, p. 41). Corroborando com Lovato, a metodologia de pesquisa qualitativa é um compilado de informações baseadas nas observações de comportamentos naturais, discursos, respostas abertas para uma posterior interpretação.

#### **4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A pesquisa bibliográfica realizada permitiu concluir que a formação do conceito de deficiência está intimamente ligada aos elementos culturais, religiosos, científicos e sociais de cada época histórica. Ao revisitar a Antiguidade, ficou claro que a deficiência era vista, em sua maioria, como uma deformidade física ou punição divina, resultando em práticas de exclusão, como o infanticídio. No entanto, há registros de que sociedades como a grega e a romana também criaram formas de apoio a indivíduos com limitações resultantes de guerras, embora essas formas fossem limitadas a certos contextos.

Na Idade Média, os resultados indicam um aumento na marginalização. Indivíduos com deficiência eram exibidos em shows de bufonaria ou vinculados ao maligno, tornando-se alvos da perseguição da Inquisição. Durante esse tempo, a institucionalização foi consolidada com a fundação dos leprosários, que representam os primeiros marcos das práticas de segregação institucional.

Durante a Idade Moderna, ocorreu uma mudança importante: a ciência começou a substituir a religião, e a deficiência começou a ser vista sob a perspectiva médica. No entanto, os tratamentos sugeridos eram frequentemente invasivos e desumanos, evidenciando tanto progressos quanto regressos. No entanto, médicos como Pinel contribuíram ao argumentar que a loucura deveria ser considerada uma doença, permitindo novas perspectivas.

Na Idade Contemporânea, os resultados indicam que a institucionalização em massa se intensificou, caracterizada pela exclusão e violência, com o Hospital Colônia de Barbacena sendo um exemplo emblemático no território brasileiro. A análise revelou que, embora tenham ocorrido avanços legais e sociais no século XX, o capacitismo continua sendo um desafio central a ser enfrentado.

Assim, os resultados deste estudo contribuem para o campo científico ao mostrar que a deficiência não deve ser vista apenas como uma condição individual, mas como um fenômeno histórico e socialmente construído. A análise histórica ajuda a entender as raízes do preconceito e da exclusão, oferecendo suporte para práticas educacionais, sociais e políticas que busquem a inclusão e a equidade.

#### **5 CONCLUSÃO**

A partir da pesquisa conclui-se que o contexto histórico da pessoa com deficiência foi marcado, majoritariamente, de forma negativa, através de grandes movimentos de exclusão, como atos de infanticídio e segregação, por meio de

espetáculos e encarceramentos. Percebe-se a relevância da religião em todo esse processo ao impor um estigma de pecado e castigo divino que acompanhou a comunidade de Pessoas com Deficiência (PcD) por muitos anos, perdendo a sua força em meados do século XX, com o avanço das ciências.

Esses indivíduos ao longo de todos os períodos destacados tiveram uma vida de perseguições, negligências, torturas e principalmente o silenciamento que passa a ser quebrado recentemente, ao final do século XX e início do século XXI por meio de campanhas e lutas promovidas pela comunidade, a fim de garantir seus direitos como cidadãos, tendo como um de seus primeiros marcos a Declaração de Salamanca, resultante da Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada na Espanha no ano de 1994 que estabelece o direito à educação inclusiva baseando-se no princípio da igualdade.

Apesar de inúmeras conquistas legais, a luta contra o capacitismo e a inclusão segue contínua, demonstrando o papel social na eliminação de estigmas e preconceitos contra essas pessoas que por longos anos foram marginalizadas. Sendo assim, é válido destacar que a deficiência não caracteriza-se como um problema pessoal e sim como um problema social que exige esforços de toda a comunidade na superação e garantia de equidade.

## 6 REFERÊNCIAS

Brasil. (2001). **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial.

Ferreira, W. B., (2008). **Direitos da pessoa com deficiência e inclusão nas escolas**. Retirado de: [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03\\_ferreira\\_direitos\\_deficiencia](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_ferreira_direitos_deficiencia)

Gil, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Maciel, M. R. C., (2000). **Portadores de Deficiência a questão da inclusão social**. São Paulo, v.14. Retirado de: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008)

Mendes, Melissa, (2012). **As pessoas com deficiência na história e o processo de construção de seus direitos**. Florianópolis. Retirado de: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103575?show=full>

ONU, (1989). **A Convenção sobre os Direitos da Criança**. Portugal.

Piccolo, Gustavo Martins. **O lugar da pessoa com deficiência na história: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022. 355 p. ISBN 978-65-250-3149-1.